

---

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/11/2017**

---

---

**PROJETOS A SEREM LIDOS**

---

**PROJETOS DE LEI DO PODER EXECUTIVO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2017, de 09 de Novembro de 2017**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar nº 084, de 01 de abril de 2005 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do poder executivo e dá outras providências”.

**ENCAMINHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;  
À Comissão de Economia e Finanças;  
À Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente.

**PROJETO DE LEI Nº 076/2017, de 24 de Novembro de 2017**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”.

**ENCAMINHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;  
À Comissão de Economia e Finanças;  
À Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.

---

**PROJETO DE LEI N° 077/2017, de 24 de Novembro de 2017**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre revogação da Lei n° 3.416/2013, com a reversão ao patrimônio público da área que menciona e dá outras providências”.

**ENCAMINHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação;  
À Comissão de Economia e Finanças.

---

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO DO PODER LEGISLATIVO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 018/2017, de 23 de Novembro de 2017**, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal, que “Outorga Título de Cidadania Barra-garcense”.

**ENCAMINHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

---

**PROJETOS A SEREM VOTADOS**

---

**PROJETOS DO PODER EXECUTIVO**

**PROJETO DE LEI N° 074/2017, de 13 de Novembro de 2017**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre autorização para firmar termo de cooperação técnica com repasse de recursos financeiros à instituição que menciona”.

**PROJETO DE LEI N° 077/2017, de 24 de Novembro de 2017**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre revogação da Lei n° 3.416/2013, com a reversão ao patrimônio público da área que menciona e dá outras providências”.